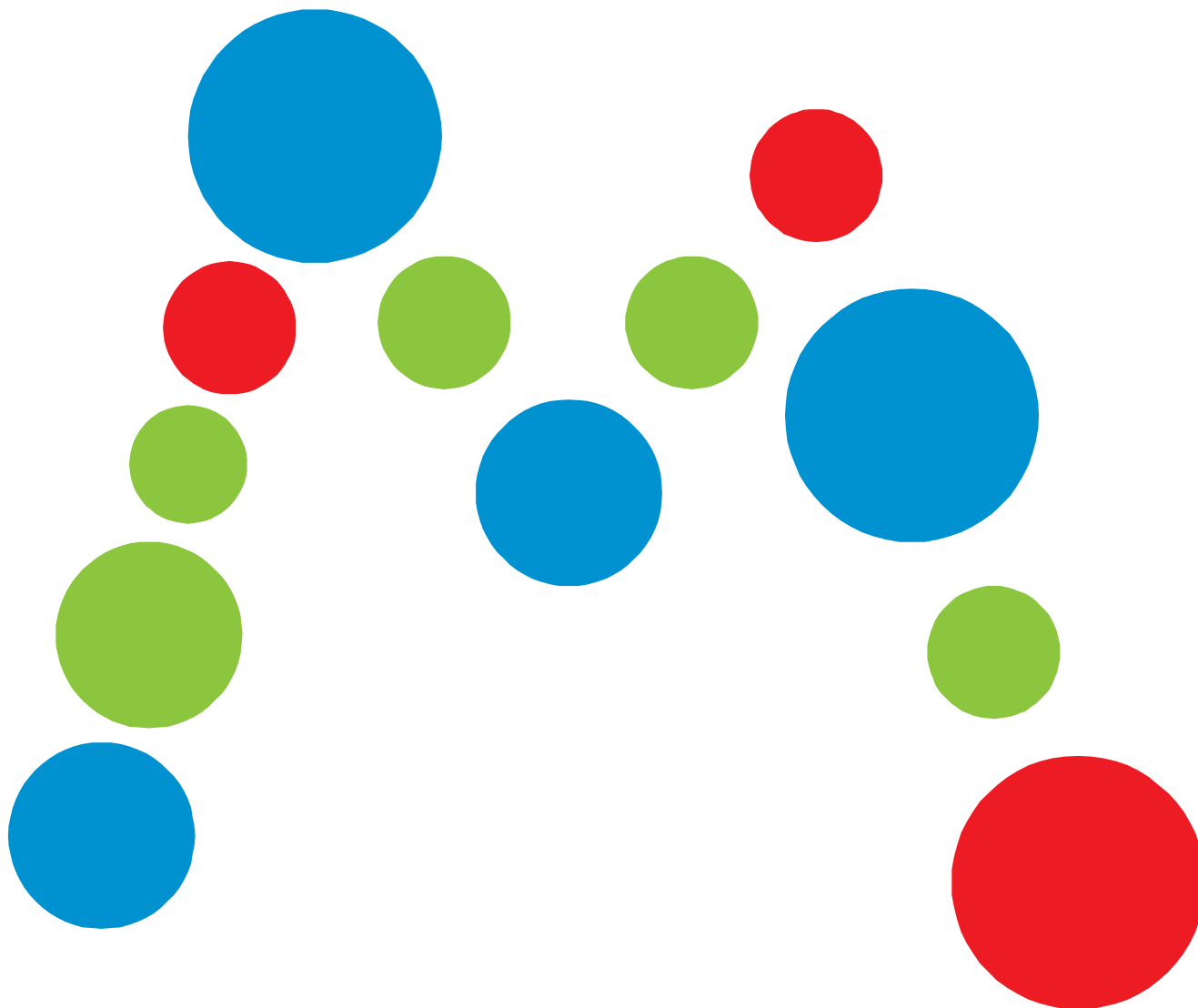


Mercados

informação global



República Checa Ficha de Mercado

Março 2009



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	3
2. Economia	4
2.1 Situação económica e Perspectivas	4
2.2 Comércio Internacional	7
2.3 Investimento	10
2.4 Turismo	12
3. Relações Económicas com Portugal	12
3.1 Comércio	12
3.2 Investimento	16
3.3 Turismo	17
4. Relações Internacionais e Regionais	18
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	20
5.1 Regime Geral de Importação	20
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	21
5.3 Quadro Legal	23
6. Informações Úteis	25
7. Endereços Diversos	27
8. Fontes de Informação	31
8.1 Informação Online aicep Portugal Global	31
8.2 Endereços de Internet	34

1. País em Ficha

Área:	78.866 km ²
População:	10,2 milhões habitantes (2008 - estimativa)
Densidade populacional:	129,3 hab./km ² (2008 - estimativa)
Designação oficial:	República Checa
Forma de Estado:	República parlamentar
Chefe do Estado:	Vaclav Klaus (reeleito pelo parlamento para um segundo mandato de cinco anos em Fevereiro de 2008)
Primeiro-Ministro:	Mirek Topolánek
Data da actual Constituição:	Aprovada em Dezembro de 1992, entrou em vigor em Janeiro de 1993.
Principais Partidos Políticos:	Partido Social Democrata Checo (CSSD); Partido Democrático Cívico (ODS); Partido Comunista da Boémia e Morávia (KSCM); União Democrata Cristã-Partido Popular Checoslovaco (KDU-CSL); Verdes. As últimas eleições para a Câmara dos Deputados foram em Junho de 2006 e para o Senado em Outubro de 2008.
Capital:	Praga (1.188 mil habitantes – Dezembro de 2006)
Outras cidades importantes:	Brno; Ostrava; Plzen
Religião:	Predomina o cristianismo (cerca de 40% da população é católica romana)
Língua:	A língua oficial é o checo
Unidade monetária:	Coroa checa (CZK) 1 EUR = 25,09 CZK (média de 2008) 1 USD = 17,07 CZK (média de 2008)
Risco País:	Risco político – A (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco de estrutura económica - BBB (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco país – BB (AAA = risco menor; D = risco maior)
“Ranking de negócios”:	Índice 7,34 (10 = máximo) “Ranking” geral: 26 (entre 82 países) (EIU – Março 2009)
Risco de crédito:	1 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Março de 2009)
Grau de abertura e dimensão relativa do mercado (2007):	Exp.+ Imp. / PIB = 137,6% Imp. / PIB = 67,1% Imp. / Imp. Mundial = 0,8%

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) - Country Report Março 2009; The Economist Intelligence Unit (EIU – Country Profile 2008)
EIU Viewswire – Março 2009; COSEC

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspectivas

Nos últimos anos, a República Checa registou um crescimento económico assinalável e bastante superior à média da União Europeia, para o qual contribuiu fundamentalmente, sobretudo a partir de 2004, os bons resultados da balança comercial (bom desempenho das exportações), o aumento do consumo privado e os altos níveis de investimento estrangeiro. No período de 2002-2007, o PIB cresceu a uma taxa média de 4,8% ao ano, tendo subido de 1,5% em 2002, para 6% em 2007, e atingido um pico de 6,8% em 2006.

Porém, com um abrandamento acentuado da taxa de crescimento do PIB para 3,5%, o desempenho económico deteriorou-se acentuadamente em 2008, para o que contribuiu sobretudo o crescimento negativo do PIB no último trimestre de 2008 (-0,9% em relação ao terceiro trimestre, sendo necessário recuar 10 anos para se encontrar outro crescimento trimestral negativo), fruto principalmente da escalada da crise financeira internacional e da desaceleração da procura interna, espelhada no forte abrandamento do consumo privado e da formação bruta de capital fixo. Como é óbvio, esta situação foi ainda agravada pela repercussão negativa da aceleração do abrandamento da procura da zona euro, sendo a Alemanha, de longe, o principal parceiro comercial da República Checa.

Segundo as estimativas do *Economist Intelligence Unit* o PIB checo deverá registar uma forte contracção para -2,0% em 2009, seguida de uma recuperação notável para 1,6% em 2010. Embora, ao que parece, a crise financeira internacional tenha passado ao lado do sistema financeiro checo, e o tenha deixado praticamente incólume, contrariamente ao sucedido em quase todos os países da região, não acusando momentaneamente a República Checa problemas de financiamento ou endividamento externo, é consensual que a sua economia sofrerá fortemente os efeitos negativos da crise económico-financeira global, tendo em vista o elevado grau de abertura de sua economia ao exterior e quem são os seus principais parceiros comerciais. De facto, a grande maioria das economias mundiais mais desenvolvidas estão em recessão, apontando as estimativas para um crescimento negativo do PIB mundial de 1,9% em 2009 (o pior resultado desde a Segunda Guerra Mundial), e, segundo as últimas estimativas do FMI, de -3,2% do PIB da Zona Euro - devendo registar apenas uma ligeira recuperação até 0,1% em 2010. Como é óbvio, o acesso mais difícil ao crédito tanto para as famílias como para as empresas, as perspectivas negativistas sobre a economia e o aumento do desemprego, que se reflectem numa retracção do consumo e do investimento, confirmam e reforçam também os números sobre o PIB checo acima mencionados.

A taxa de inflação, que se situou em 6,3% em 2008 (3,0% em 2007), em resultado do aumento programado dos impostos indirectos, da subida dos preços da electricidade e gás e de outros regulados administrativamente, bem como do aumento dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares no mercado internacional, deverá registar uma desaceleração acentuada para 1,9% em 2009, em linha com a

previsível deterioração da actividade económica, reforçada pela continuação da queda dos “commodity prices” no mercado mundial e por uma procura interna mais fraca. Em 2010, a inflação deverá subir ligeiramente para 2,1%, em conformidade com a recuperação da actividade económica e dos preços dos combustíveis e bens alimentares no mercado mundial.

A taxa média de desemprego, que vinha a cair regularmente, de 9,9% em 2003 para 6,6% em 2007 e 5,4% em 2008, em consequência da contracção da economia deverá subir para 7,3% em 2009, prevendo-se o reinício de sua recuperação em 2010 (7,0%).

A evolução positiva do saldo orçamental dos últimos anos, de -3,6% do PIB em 2005 para -1,0% em 2007, foi interrompida em 2008, tendo então o défice subido para 1,2% do PIB. Tendo em vista a superação do abrandamento da actividade económica, iniciada a partir de meados de 2008 e agravada no decorrer do último trimestre, a adopção de um pacote fiscal anti-crise implicará um agravamento adicional do saldo orçamental equivalente a 2% do PIB, elevando-o para -3,0% do PIB em 2009. Proposto pelo Conselho Económico Nacional, o pacote fiscal anti-crise tem como objectivo principal aliviar as pressões sobre as PME tendo em vista a protecção do emprego, recorrendo principalmente a medidas de desagravamento de contribuições sociais do sector privado, suportadas tanto pelos trabalhadores como pela entidade patronal, devendo salvar-se assim de 50.000 a 70.000 postos de trabalho. Com o mesmo objectivo de protecção do emprego, outras medidas, de incidência fiscal, mas de natureza mais direccionada e de menor abrangência, estão igualmente previstas, como, por exemplo; dispensa de pagamento do IVA (19%) sobre a compra de automóveis de passageiros para fins comerciais (ajuda ao sector automóvel); dispensa de pagamento adiantado do imposto sobre os rendimentos dos empreendedores ou empresas com menos de cinco trabalhadores; períodos mais rápidos de amortização para a compra de equipamentos; apoio à actividade económica através de injeção de capital em instituições estatais de promoção das exportações e desenvolvimento económico, tais como o banco de desenvolvimento (Ceskomoravska zarucni a rozvojova banka - CMZRB), o Banco Checo de Exportação (CEB), o fornecedor de seguros de exportação (Exportni garananci a pojistovaci spolecnost – EGCAP); redução em 20% das tarifas de transporte ferroviário; atribuição de subsídios à poupança energética e promoção de alternativas energéticas verdes; etc.

Em 2010, o saldo orçamental deverá cair para -2,5% do PIB, em função da recuperação económica esperada. Finalmente, há que realçar o baixo nível de dívida pública e de dívida externa checa, em 2007, de 28,9% do PIB e 43,0% do PIB, respectivamente, prevendo-se, até 2009, a subida do 1º indicador para 31,6% do PIB e a descida do 2º para 38,0% do PIB.

Contrariamente às maiores economias do mundo que, de um modo geral, canalizaram a maior parte dos recursos destinados ao combate da actual crise económica e financeira para o sector financeiro, atribuindo apenas uma pequena parte a planos de estímulo económico, o pacote fiscal anti-crise da República Checa não prevê a concessão de apoios ao sector bancário, pois os bancos checos encontrar-se-ão entre os

menos afectados da UE pela turbulência da crise financeira internacional, sem problemas externos de maior de financiamento ou de dívida (diferentemente de muitos outros da região), o que não significa que a economia possa evitar o impacto negativo da crise global, dada a sua pesada dependência do sector automóvel, extremamente orientado para a exportação, por exemplo. Assim, de acordo com o Banco Nacional Checo (BNC), os empréstimos domésticos estão cobertos inteiramente por depósitos, com o rácio empréstimos/depósitos em 77%, o qual é um dos mais baixos na UE; por outro lado, a dívida denominada em moeda estrangeira representa apenas 0,1% da dívida contraída pelos agregados familiares checos, contrariamente ao que se passa na Hungria onde 2/3 da dívida dos seus agregados familiares foi contraída em francos suíços ou euros; em 2008, o sistema bancário checo gerou lucros num total de 31,5 mil milhões de coroas checas, apenas ligeiramente inferior ao montante de 34,3 mil milhões de coroas checas gerado em 2007.

O BNC iniciou um processo de flexibilização da sua política monetária em Agosto de 2008. Todavia, o BNC irá ser provavelmente mais cauteloso quanto a cortes futuros nas taxas directoras, tendo em consideração as preocupações ligadas ao enfraquecimento da moeda. Após uma apreciação de 6% em relação ao euro, nos primeiros cinco meses de 2008, assistiu-se a uma aceleração brusca da apreciação da coroa, tendo a taxa cambial atingido um pico jamais registado de 23 coroas por 1 euro em meados de Julho. Todavia, em meados de Fevereiro depreciara-se já para 29,6 coroas por 1 euro, mas reforçou-se desde então. A moeda deverá manter-se fraca em 2009, depreciando-se em média à volta de 4% em relação ao euro, em termos nominais, devido à performance menor da economia real; deverá continuar vulnerável aos movimentos do mercado global, embora as políticas relativamente prudentes da República Checa devam proteger a moeda de uma volatilidade excessiva. Calcula-se que a coroa reinicie um processo lento de apreciação a partir de 2010, em função do processo de recuperação económica do país, mas condicionado pela especulação quanto ao curso a seguir pela política fiscal e pela entrada no ERM2 da UE.

Não obstante a ratificação do Tratado de Lisboa pela Câmara dos Deputados em meados de Fevereiro (a votação do Senado estará adiada até Abril), em sintonia com a convicção de uma situação económica sob controlo, as autoridades não deverão estipular uma data de adopção do euro até à próxima revisão anual do plano de convergência de adesão ao euro, em finais de 2009.

O défice da balança corrente deverá diminuir a médio prazo, devido principalmente aos excedentes das balanças comercial e de transferências correntes, esperando-se que, nos próximos anos, os fluxos de IDE possam cobrir a quase totalidade do saldo negativo da balança corrente. Após se agravar de -1,9% do PIB em 2007, para -3,2% do PIB em 2008 (estimativa), o défice da balança corrente deverá cair para uma média de cerca de -2,3% do PIB em 2009 e 2010. Por um lado, a contracção da procura interna terá maior impacto na diminuição das importações do que a da procura externa nas exportações, por outro, o défice da balança de rendimentos (-16,9% do PIB em 2008, estimativa), principal responsável pelos elevados défices da balança corrente, deverá diminuir ou manter-se relativamente estável em termos de PIB (-14,9% em 2009, previsão) em consequência da queda dos lucros das empresas de propriedade estrangeira.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2006	2007	2008 ^a	2009 ^b	2010 ^b	2011 ^b
População	Milhões	10,2	10,2	10,2	10,2	10,2	10,2
PIB a preços de mercado	10 ⁹ CZK	3.215,6	3.530,2	3.693,7	3.726,3	3.815,8	3.940,6
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	142,3	174,0	216,4	191,3	205,6	223,9
PIB per capita	USD	13.900	17.010	21.170	18.740	20.160	21.980
Crescimento real do PIB	Var. %	6,8	6,0	3,5	-2,0	1,6	3,8
Consumo privado	Var. %	5,4	5,2	2,1	-1,0	2,1	2,6
Consumo público	Var. %	-0,7	0,4	1,0	2,0	1,0	2,3
Formação bruta de capital fixo	Var. %	6,5	6,7	4,0	-4,0	1,5	4,5
Taxa desemprego - média	%	8,1	6,6	5,4	7,3	7,0	6,8
Taxa de inflação – média	%	2,1	3,0	6,3	1,9	2,1	1,9
Dívida pública	% do PIB	29,6	28,9	28,8	31,6	33,3	34,4
Saldo do sector público	% do PIB	-2,7	-1,0	-1,2	-3,0	-2,5	-2,1
Balança corrente	10 ⁹ USD	-3,8	-3,2	-6,8	-4,5	-5,0	-5,5
Balança corrente	% do PIB	-2,7	-1,9	-3,2	-2,3	-2,4	-2,5
Dívida externa	10 ⁹ USD	58,3	74,9	83,9	72,7	75,6	82,2
Dívida externa	% do PIB	41,0	43,0	38,8	38,0	36,8	36,7
Taxa de câmbio – média	1 EUR = CZK	28,37	27,77	25,09	26,00	25,70	24,90
Taxa de câmbio – média	1 USD = CZK	22,60	20,29	17,07	19,48	18,56	17,60

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Estimativas;

(b) Previsões

2.2. Comércio Internacional

No âmbito da UE, a República Checa é actualmente uma das economias com maior grau de abertura ao exterior (137,6% do PIB em 2007, partilhando com a Eslováquia o 2º lugar, logo a seguir à Bélgica – 140,8%), sendo, portanto, relativamente vulnerável à conjuntura internacional – as empresas de capital estrangeiro geravam, no 3º trimestre de 2007, 61,1% das exportações industriais directas do país, apresentando-se como um dos principais motores do êxito económico do país.

No período de 2004-2007, a posição da República Checa subiu três posições como cliente no “ranking” mundial, mas regrediu uma posição como fornecedor, testemunhando, assim, o forte dinamismo do seu sector exportador.

No período de 2004-2008, as exportações cresceram a uma taxa média de 21,4% ao ano, e as importações a uma taxa média de 20,0% ao ano. Deste diferencial de crescimento, resultou uma melhoria significativa da taxa de cobertura das importações pelas exportações de 99,1% em 2004, para 103,9% em 2008 (105,1% em 2007), bem como um salto qualitativo apreciável do saldo comercial de -0,5 para 5,5 mil milhões de USD, ou seja, de -0,5% do PIB para 2,5% do PIB. Há que realçar o dinamismo notável das exportações (mais que duplicaram), sobretudo tendo em consideração que, no referido período, a moeda do país se apreciou em relação ao euro em cerca de 21,5% e em cerca de 33,6% em relação ao USD, à taxa média de câmbio. O dinamismo das trocas comerciais checas com o exterior está igualmente patente no aumento de quotas no comércio internacional, tendo no período de 2002-2007, a sua quota nas exportações mundiais subido de 0,59% para 0,88%, e a sua quota nas importações mundiais de 0,60% para 0,83%. Em 2007, tanto as exportações como as importações ultrapassaram pela primeira vez a barreira dos 100 mil milhões de USD.

Face ao agravar da crise económico-financeira internacional, ao elevado grau de abertura da economia checa ao exterior, bem como os reflexos negativos que ela terá na procura interna, o EIU prevê, para 2009, uma queda de 10,3% das exportações e de 11,4 das importações.

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2004	2005	2006	2007	2008 ^a
Exportação fob	67,2	78,0	95,1	122,7	145,3
Importação fob	67,8	75,5	92,3	116,8	139,8
Saldo	-0,5	2,5	2,8	5,9	5,5
Coeficiente de cobertura (%)	99,1	103,3	103,0	105,1	103,9
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador	33 ^a	33 ^a	32 ^a	30 ^a	n.d.
Como importador	28 ^a	29 ^a	29 ^a	29 ^a	n.d.

Fontes: EIU; World Trade Organization (WTO)

Notas: (a) Estimativas

n.d. – não disponível

Em 2007, a UE27 representou, no seu conjunto, 85,2% das exportações e 80% das importações do país, destacando-se, de longe, a Alemanha como principal parceiro comercial, tanto do lado das exportações como das importações, seguida da Eslováquia, Polónia, França e Reino Unido, como clientes, e da Holanda, Eslováquia, Polónia e Áustria, como fornecedores.

Em especial, é de realçar a posição dominante da Alemanha na balança comercial checa, embora tendencialmente decrescente, comprando-lhe 30,7% de suas vendas ao exterior em 2007 (33,7% em 2005), e vendendo-lhe 31,8% de suas compras no exterior (34,6% em 2005), e, daí, a grande dependência da economia checa daquele país.

Em 2007, Portugal ocupava o 29º lugar do *ranking* de fornecedores, com uma quota de mercado de 0,24% e o 30º lugar do “ranking” de clientes, com uma quota de mercado de 0,36%.

É de realçar que, segundo a WTA, a balança comercial checa com a UE27 registava, em 2007, um saldo positivo de aproximadamente 6,9 mil milhões de USD, tendo registado com a Eslováquia o seu maior saldo positivo (aproximadamente 3,2 mil milhões de USD), e com a Holanda o seu maior saldo negativo (um pouco mais de 3,4 mil milhões de USD); com a Alemanha, de longe o seu principal parceiro comercial, registou um saldo negativo de 8,5 milhões de USD (-139,5 milhões de USD em 2005). É de realçar também o maior saldo comercial negativo, tendencialmente crescente, registado com a China, em 2007, no montante de aproximadamente 5,3 mil milhões de USD (cerca de -1,8 mil milhões de USD, em 2005), bem como o registado com a Rússia (-2,5 mil milhões de USD) e com o Japão (aproximadamente -2,0 mil milhões de USD), países fora da UE.

Principais Clientes

Mercado	2005		2006		2007	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
Portugal	0,37	--	0,38	--	0,36	30ª
Alemanha	33,68	1ª	31,90	1ª	30,71	1ª
Eslováquia	8,62	2ª	8,44	2ª	8,67	2ª
Polónia	5,47	4ª	5,69	3ª	5,93	3ª
França	4,92	5ª	5,48	4ª	5,44	4ª
Reino Unido	4,63	6ª	4,78	6ª	5,10	5ª
UE27					85,22	

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

Principais Fornecedores

Mercado	2005		2006		2007	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
Portugal	0,21	--	0,21	--	0,24	29ª
Alemanha	34,58	1ª	32,52	1ª	31,83	1ª
Holanda	6,58	2ª	6,81	2ª	6,75	2ª
Eslováquia	6,00	3ª	6,19	3ª	6,35	3ª
Polónia	5,30	6ª	6,10	4ª	6,25	4ª
Áustria	5,49	5ª	5,04	6ª	5,06	5ª
UE27					79,97	

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

Os últimos dados disponíveis relativos aos principais produtos transaccionados pela República Checa permitem relevar os seguintes aspectos:

- O forte peso dos produtos de maior valor acrescentado tanto do lado das exportações como das importações. Com efeito, em 2007, os grupos de máquinas e aparelhos mecânicos e eléctricos (37,2% do total) e de veículos e outro material de transporte (18,1% do total) representam mais de metade do valor global exportado (55,3%), e 43,6% do valor global das importações, o que reflecte a tradição industrial do país e os elevados fluxos de IDE canalizados para aqueles sectores, nos últimos anos. O saldo positivo impressionante da balança comercial relativa a estes dois grupos de produtos no montante de 16,334 mil milhões de USD explica muito do rápido desenvolvimento económico do país nos últimos anos.
- O saldo negativo da balança comercial relativa a produtos intermédios e combustíveis, em consonância com a natureza de uma economia desenvolvida. Com efeito, tomando em consideração apenas os *itens* mais representativos abaixo mencionados, o saldo comercial ascende a 11,8 mil milhões de USD.

Principais Produtos Transaccionados – 2007

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
Máquinas e aparelhos, mecânicos e eléctricos	37,2	Máquinas e aparelhos, mecânicos e eléctricos	33,9
Veículos e outro material de transporte	18,1	Metais comuns	12,9
Metais comuns	11,7	Veículos e outro material de transporte	9,7
Plásticos e borracha	5,8	Combustíveis minerais	8,0
Combustíveis minerais	2,7	Plásticos e borracha	7,1
Móveis, colchões, etc.	2,5	Produtos químicos	6,9

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

2.3. Investimento

O IDE tem desempenhado um papel vital no êxito da reestruturação da economia checa desde 1990. Além de terem contribuído de maneira significativa para a transferência de tecnologias, a aceleração da reestruturação da economia e a dinamização das exportações, os fluxos de IDE passaram a desempenhar também um papel importante na cobertura do défice corrente, tornando assim possível um crescimento económico mais dinâmico. Com efeito, no período de 2003-2007, os fluxos de IDE representaram em média 5,1% do PIB anual e um pouco mais de 20% da formação bruta de capital fixo, tendo a partir de 2005 sido mais do que suficientes para cobrir a totalidade do défice da balança corrente. Em 2008, segundo o EIU, os fluxos de IDE terão montado a 10,5 mil milhões de USD, o que representaria 19,9% da formação bruta de capital fixo.

A República Checa é uma das economias em transição que mais êxito teve na atracção de fluxos de IDE. A implementação, em 1998, de um programa de incentivos ao investimento encorajou fortemente os fluxos de IDE, destinados tanto a projectos “greenfield” como “brownfield”. Segundo o EIU, em finais de 2007, o IDE acumulado desde 1993 montava a mais de 101 mil milhões de USD, o que representava 58,1% do PIB e 9.881 USD per capita e colocava o país em 2º lugar, no âmbito do Grupo de Visegrad, atrás da Hungria (15.248 USD per capita).

Segundo o BNC, entre os principais investidores destacavam-se a Alemanha com 26% do IDE acumulado, Holanda com 16%, Áustria com 10%, França com 7%, EUA com 6% e Suíça com 5%.

Em termos de destino sectorial, a indústria absorveu cerca de 34% e os serviços 66% do IDE acumulado, assim distribuído: mediação financeira – 19,9% do total; transportes, armazenamento e comunicações – 15,8%; imobiliário e serviços prestados às empresas – 13,7%; comércio e restauração – 11,8%; máquinas e equipamentos – 11,5%; refinação de petróleo e petroquímica – 5,0%; metais básicos e produtos metálicos – 4,6%; electricidade, gás e água – 4,3%, etc.

Segundo o Departamento de Estatística Checo, as empresas de propriedade estrangeira desempenham, sem dúvida, um papel muito importante na economia checa, como resulta dos seguintes dados, relativos ao 3º trimestre de 2007: empregavam 44,9% da mão-de-obra industrial; produziam 60,7% das vendas industriais; geravam 61,1% das exportações industriais directas.

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento estrangeiro na República Checa	2.101	4.974	11.658	6.013	9.123
Investimento da República Checa no estrangeiro	206	1.014	-19	1.467	1.334
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como receptor	46 ^a	26 ^a	16 ^a	41 ^a	37 ^a
Como emissor	57 ^a	43 ^a	212 ^a	46 ^a	55 ^a

Fonte: UNCTAD - World Investment Report 2008

Com um posicionamento de país emissor de ID no estrangeiro bastante abaixo do de país receptor, o ID checo acumulado no estrangeiro ascendia, segundo o BNC, a cerca de 5 mil milhões de USD em fins de 2006, tendo como principais países destinatários a Eslováquia – 31,8%, Holanda – 21,7%, Bulgária 9,9%, Alemanha – 4,6%, Liechtenstein – 4,5%, Portugal – 4%, etc. Em termos de destino sectorial, a mediação financeira absorvia 23,9% do investimento acumulado, imobiliário e os serviços prestados às empresas 21,7%, comércio 12,8%, transformação de petróleo e produtos químicos 11,6%, electricidade, gás e água 9,3%, etc.

2.4. Turismo

De acordo com a OMT, verificou-se um aumento contínuo do número de turistas que visitaram a República Checa, de cerca de 5,1 milhões em 2003 para aproximadamente 6,7 milhões em 2007. Também, em termos absolutos, as receitas geradas pelos fluxos turísticos aumentaram de cerca de 4,07 mil milhões de USD em 2003 (4,5% do PIB) para um pouco mais de 5,8 mil milhões de USD em 2006 (4,1% do PIB). Tendo em consideração, no período de 2003-2006, o diferencial de taxas de crescimento de turistas, dormidas e receitas, de 26,8%, 24,4% e 43,6%, respectivamente, pode concluir-se que tanto a oferta como a procura turística terá melhorado significativamente também do ponto de vista qualitativo.

Em termos geográficos, em 2007, a Europa constitui a principal região emissora de turistas para a República Checa, representando cerca de 87,3% do total, seguindo-se as Américas com 6,6%. Como principais países emissores destacam-se a Alemanha, o Reino Unido, a Rússia, a Itália, os EUA, e a Espanha.

Finalmente, há que realçar que os turistas checos despenderam cerca de 2,8 mil milhões de USD no estrangeiro em 2006.

Indicadores do Turismo

	2003	2004	2005	2006	2007
Turistas (10 ³)	5.076	6.061	6.336	6.435	6.680
Dormidas ^a (10 ³)	13.688	15.881	16.607	17.035	17.883
Receitas (10 ⁶ USD)	4.069	4.931	5.618	5.844	n.d.

Fonte: OMT – Organização Mundial de Turismo

Notas: (a) Em hotéis e estabelecimentos similares.

n.d. – não disponível

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio

O relacionamento comercial bilateral á ainda pouco desenvolvido. Em 2008, a República Checa posicionou-se como o 24º cliente de Portugal, absorvendo 0,50% do total das exportações, e como 32º fornecedor, com 0,50% das importações. É de realçar, contudo, que, no período de 2004-2008, no “ranking” de clientes, a posição da República Checa melhorou 6 lugares e a sua quota duplicou, tendo perdido, no “ranking” de fornecedores, dois lugares, embora melhorando a sua quota de 0,35% para 0,50% (+42,9%).

Importância da República Checa nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Como cliente	Posição	30 ^a	28 ^a	26 ^a	25 ^a	24 ^a
	%	0,25	0,29	0,38	0,40	0,50
Como fornecedor	Posição	30 ^a	32 ^a	29 ^a	27 ^a	32 ^a
	%	0,35	0,46	0,53	0,54	0,50

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Portugal assumia, também, em 2007, na balança comercial checa, uma posição intermédia, tanto como cliente (30º lugar e uma quota de 0,36%), como fornecedor (29º lugar e uma quota de 0,24%). Como resulta dos dados expostos, a República Checa estava melhor cotada na balança comercial portuguesa do que Portugal na checa, o que poderá vir a reflectir-se numa sensibilidade maior da economia portuguesa às flutuações conjunturais da economia checa do que a da checa às da economia portuguesa.

No período de 2004-2008, a balança comercial luso-checa sempre foi desfavorável para Portugal. Todavia, dado o diferencial de taxas médias de crescimento das expedições e chegadas, de 28,0% e 18,5% respectivamente, a taxa de cobertura das chegadas pelas expedições subiu de 44,9% em 2004 para 61,6% em 2008, embora a melhoria significativa da taxa de cobertura se tenha ficado a dever antes de tudo à diferença acentuada de ritmo de crescimento das duas componentes da balança comercial no último ano do período em análise, de 30,5% para as expedições e de 2,2% para as chegadas. No cômputo geral, verifica-se uma tendência ascendente das relações comerciais bilaterais (em 2008, as expedições tinham mais que duplicado (2,6), as chegadas aumentado 1,9 vezes, e o défice comercial 1,3 vezes, em relação a 2004), traduzindo relações bilaterais cada vez mais estáveis e menos dependentes da situação económica conjuntural em cada um dos países.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Evol. ^a %
Expedições	73.738	89.168	130.471	148.859	194.217	28,0
Chegadas	164.240	223.600	283.032	308.563	315.359	18,5
Saldo	-90.503	-134.432	-152.562	-159.704	-121.142	--
Coef. Cobertura	44,9%	39,9%	46,1%	48,2%	61,6%	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

Em termos de expedições portuguesas para a República Checa predominam, em 2008, as máquinas e aparelhos com 27,7% e os veículos e outro material de transporte com, 17,5%, do total expedido, ou seja,

mais de 45% das expedições são constituídas por produtos de elevado valor acrescentado; as 3ª e 4ª posições são ocupadas por produtos intermédios – plásticos e borracha com 12,8% e matérias têxteis com 11,9%. Os quatro grupos de produtos indicados representam 69,9% do total expedido, acusando, portanto, as expedições um nível de concentração relativamente elevado. Dos restantes grupos de produtos, embora bastante aquém, destacam-se ainda os metais comuns com 4,0% do total expedido.

Ao comparar-se os seis grupos mais representativos da estrutura importadora checa de 2008, aos seis primeiros grupos das expedições portuguesas para aquele país, constata-se uma grande adequação da oferta à procura, ficando de fora apenas as matérias têxteis.

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas que têm vindo a expedir produtos para a República Checa subiu de 442 em 2003 para 479 em 2007 (último ano disponível), reflectindo, portanto, um interesse crescente por aquele mercado.

Expedições por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2004	% Total	2007	%Total	2008	% Total
Máquinas e aparelhos	24.083	32,7	35.698	24,5	53.048	27,7
Veículos e outro material de transporte	13.255	18,0	24.708	17,0	33.402	17,5
Plásticos e borracha	10.196	13,9	18.899	13,0	24.423	12,8
Matérias têxteis	10.968	14,9	21.761	15,0	22.849	11,9
Metais comuns	3.453	4,7	8.144	5,6	7.608	4,0
Produtos químicos	1.653	2,2	2.935	2,0	3.190	1,7
Produtos alimentares	1.557	2,1	3.925	2,7	2.643	1,4
Madeira e cortiça	2.631	3,6	2.053	1,4	2.573	1,3
Calçado	746	1,0	2.523	1,7	1.808	0,9
Pastas celulósicas e papel	2.162	2,9	1.178	0,8	1.784	0,9
Vestuário	585	0,8	881	0,6	1.695	0,9
Minerais e minérios	561	0,8	951	0,7	1.199	0,6
Produtos agrícolas	4	0,0	406	0,3	952	0,5
Instrumentos de óptica e precisão	595	0,8	278	0,2	479	0,3
Peles e couros	113	0,2	63	0,0	239	0,1
Combustíveis minerais	205	0,3	--	--	--	--
Outros produtos	812	1,1	14.651	10,1	22.985	12,0
Valores confidenciais	--	--	6.479	4,5	10.509	5,5
Total	73.580	100,0	145.531	100,0	191.388	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Valores declarados

A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais".

O grau de concentração das chegadas é muito superior ao das expedições, uma vez que 75,6% do valor global das chegadas diz respeito apenas a dois grupos de produtos – veículos e outro material de transporte com 39,7% e máquinas e aparelhos com 35,9%. Dos restantes grupos de produtos, destacam-se, ainda, em 2008, os metais comuns (7,7%) e os plásticos e borracha (4,3%).

Há que realçar que, em termos de intensidade de valor acrescentado, a estrutura das chegadas é de longe mais rica do que a das expedições. Com efeito, em 2008, os produtos de maior valor acrescentado representavam 76,1% do valor global das chegadas, tendo mesmo registado um aumento de 32,7 pontos percentuais em relação a 2004, em detrimento dos produtos intermédios cuja quota caiu de 53,6% para 16,4%, no mesmo período.

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas que têm vindo a adquirir produtos na República Checa caiu de 702 em 2003 para 623 em 2007 (último ano disponível), reflectindo, talvez, a tendência concentradora das compras portuguesas registada naquele mercado e acima referida.

Chegadas por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2004	% Total	2007	% Total	2008	% Total
Veículos e outro material de transporte	51.170	31,2	143.770	46,8	123.621	39,7
Máquinas e aparelhos	18.935	11,6	89.272	29,1	111.839	35,9
Metais comuns	34.935	21,3	22.982	7,5	24.005	7,7
Plásticos e borracha	8.379	5,1	14.310	4,7	13.529	4,3
Matérias têxteis	9.971	6,1	6.537	2,1	5.218	1,7
Minerais e minérios	3.850	2,3	3.820	1,2	3.516	1,1
Pastas celulósicas e papel	1.248	0,8	1.898	0,6	2.228	0,7
Instrumentos de óptica e precisão	1.038	0,6	1.431	0,5	1.648	0,5
Produtos químicos	2.674	1,6	2.101	0,7	1.524	0,5
Produtos alimentares	1.701	1,0	753	0,2	1.132	0,4
Peles e couros	428	0,3	1.064	0,3	697	0,2
Vestuário	355	0,2	790	0,3	490	0,2
Calçado	71	0,0	666	0,2	430	0,1
Produtos agrícolas	345	0,2	327	0,1	359	0,1
Madeira e cortiça	240	0,1	933	0,3	343	0,1
Combustíveis minerais	25.903	15,8	15	0,0	2	0,0
Outros produtos	2.612	1,6	7.051	2,3	7.771	2,5
Valores confidenciais	--	--	9.165	3,0	12.867	4,1
Total	163.857	100,0	306.885	100,0	311.219	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Valores declarados

A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais".

3.2. Investimento

Importância da República Checa nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Portugal como receptor (IDE)	Posição	--	26 ^a	37 ^a	49 ^a	51 ^a
	%	--	0,07	0,01	0,01	0,01
Portugal como emissor (IDPE)	Posição	43 ^a	33 ^a	39 ^a	28 ^a	34 ^a
	%	0,02	0,07	0,04	0,13	0,05

Fonte: Banco de Portugal

Notas: Classificação com base no IDE bruto

Dados disponibilizados em Fevereiro de 2009

Enquanto país emissor de IDE, a República Checa tem tido uma importância meramente marginal para Portugal. Como receptor de IDPE e não obstante evoluções errantes, a posição checa testemunha já algum interesse dos agentes económicos portugueses por aquele mercado.

Em 2008, a República Checa surgia no 51^o lugar no “ranking” de países emissores de IDE para Portugal (26^o lugar em 2005), tendo, portanto, regredido 25 posições em relação a 2005. No período de 2004-2008, o investimento bruto checo ascendeu a um pouco mais de 26,5 milhões de euros, e o desinvestimento a aproximadamente 23,7 milhões de euros, resultando daí um investimento líquido de pouco mais de 2,8 milhões de euros, o que se afigura inadequado à dinâmica das relações comerciais bilaterais.

Investimento Directo da República Checa em Portugal

(10 ³ EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. ^a
Investimento bruto	--	18.431	4.283	1.933	1.867	-45,0
Desinvestimento	--	20.109	1.170	958	1.435	-20,8
Investimento líquido	--	-1.678	3.113	975	431	

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de variação anual no período de 2004-2008

Informação disponibilizada em Fevereiro de 2009

Como resulta dos dados do Banco de Portugal, os agentes económicos portugueses têm mostrado um interesse algo errático pelo mercado checo, surgindo no 34^o lugar em 2008 no “ranking” de mercados de destino do IDPE (43^o lugar em 2004).

Há que realçar que o mercado checo evoluiu, principalmente no decorrer da última década, de uma forma marcante: que os investidores que costumavam denominarem este mercado como emergente surpreendem-se hoje com a sua maturidade; que as oportunidades existentes são disputadas numa concorrência mais agressiva do que anteriormente; que as empresas portuguesas que pretendem investir no mercado poderão superar as dificuldades mais facilmente se fizerem uma boa parceria com uma empresa checa, de forma a conseguir superar certas dificuldades culturais e linguísticas, para além de outras vantagens.

De notar que, no período de 2004-2008, o investimento bruto português ascendeu a um pouco mais de 33,8 milhões de euros, mas que o desinvestimento superou de longe aquele montante, elevando-se acerca de 75,6 milhões de euros, tendo daí resultado um investimento líquido negativo de aproximadamente 41,8 milhões de euros.

Investimento Directo de Portugal na República Checa

(10 ³ EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. ^a
Investimento bruto	1.930	6.856	3.864	16.135	5.042	115,1
Desinvestimento	1.805	71.432	475	726	1.125	966,5
Investimento líquido	125	-64.576	3.389	15.409	3.917	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de variação anuais no período 2004-2008
Informação disponibilizada em Fevereiro de 2009

3.3. Turismo

A República Checa assume uma importância ainda algo modesta no turismo português. Em 2008, surge no 21º lugar no “ranking” de países emissores de turistas, dormidas originadas, bem como de geradores de receitas, para Portugal.

De destacar, todavia, as taxas médias de crescimento das receitas e dos hóspedes, sobretudo, bastante acima das médias nacionais, no decorrer do período de 2004-2008; por outro lado, o aumento mais rápido das receitas, em relação aos aumentos de hóspedes e dormidas, aponta para fluxos de turistas checos de poder de compra crescente.

Turismo da República Checa em Portugal

	2004	2005	2006	2007	2008	Evol. ^a
Hóspedes ^b	18.821	13.325	18.021	22.540	26.670	12,4%
% do total ^c	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	--
Dormidas ^b	79.219	52.760	70.372	86.667	100.203	9,7%
% do total ^c	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	--
Receitas ^b (10 ³ EUR)	10.310	8.008	10.131	13.137	16.791	15,4%
% do total ^c	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	--

Fontes: INE - Instituto Nacional de Estatística; BP – Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

4. Relações Internacionais e Regionais

A República Checa é membro do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializados, de entre os quais se destaca o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Faz parte da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1 de Janeiro de 1995.

Ao nível regional, este país integra, entre outros, a União Europeia (UE), o Conselho da Europa, a Iniciativa Centro-Europeia (CEI) e a Agência Espacial Europeia (AEE), sendo membro associado da União Europeia Ocidental (UEO).

A **União Europeia** é um espaço de integração económica e política que tem passado por estádios distintos de evolução. O primeiro passo foi dado com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), seguida da assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que instituiu a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEE) e uma área de comércio livre designada por Comunidade Económica Europeia (CEE). A aprovação, em 1987, do Acto Único Europeu formalizou a entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1993 de um Mercado Comum Europeu, com a livre circulação de mercadorias, capitais, pessoas e serviços.

Por sua vez, o Tratado da União Europeia, ratificado em 1993, na cidade de Maastricht, aprofundou o processo de integração, ultrapassando o estágio económico para atingir o âmbito político. Os principais objectivos são: criação da União Económica e Monetária; adopção de uma Política Externa e de Segurança Comum; cooperação nas áreas da justiça e da administração e reforço da democracia e da transparência.

Com o Tratado de Nice, assinado em 26 de Fevereiro de 2001, procurou-se enfrentar o desafio do alargamento a 12 novos países. Destes, 10 (Chipre, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) aderiram à UE no dia 1 de Maio de 2004 e os restantes 2 (Bulgária e Roménia) a 1 de Janeiro de 2007.

Finalmente, a UE chegou a acordo sobre o Tratado Reformador (Tratado de Lisboa), assinado a 13.12.2007, que pretende melhorar a eficiência do processo de tomada de decisão, reforçar a democracia através da atribuição de um papel mais relevante ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais e aumentar a coerência a nível da política externa, com vista a dar uma resposta mais eficaz aos desafios actuais. O Tratado de Lisboa deverá entrar em vigor após a sua ratificação por todos os Estados-membros.

Actualmente a UE é composta por 27 membros, sendo que apenas 15 adoptaram a moeda única europeia (Euro) e integram a União Económica e Monetária (UEM): Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslovénia; Espanha; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; e Portugal.

O **Conselho da Europa**, a mais antiga organização política da Europa, foi criada em 1949 com o objectivo de promover a unidade e a cooperação no espaço europeu, desempenhando um papel relevante em questões relacionadas com a defesa dos direitos do homem e a democracia parlamentar. Actualmente, o Conselho da Europa conta com 46 membros. O seu instrumento mais importante de actuação é a adopção de convenções.

Por sua vez, a **CEI**, instituída em 1989, visa encorajar a cooperação e o desenvolvimento regional e bilateral entre os 18 países que a integram (Albânia, Áustria, Bielórossia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Itália, Macedónia, Moldávia, Montenegro, Polónia, República Checa, Roménia, Sérvia e Ucrânia).

A **UEO** tem como fim primordial promover a cooperação europeia em matéria de segurança e de defesa mútua.

Por sua vez, a **AEE** foi instituída com o objectivo de desenvolver a cooperação europeia nas áreas da investigação espacial e tecnológica e de utilizar as inovações para fins meramente pacíficos.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

Como membro da União Europeia, a República Checa é parte integrante da **União Aduaneira**, caracterizada, essencialmente, pela livre circulação de mercadorias e pela adopção de uma política comercial comum em relação a países terceiros.

O **Mercado Único** instituído em 1993 entre os Estados-membros da UE, criou um grande espaço económico interno, traduzido na liberdade de circulação de bens, de capitais, de pessoas e de serviços, tendo sido derrubadas as fronteiras internas, fiscais e técnicas.

Deste modo, as mercadorias com origem na UE ou colocados em livre prática no território comunitário, encontram-se isentas de controlos alfandegários, sem prejuízo, porém, de uma fiscalização no que respeita à qualidade e características técnicas.

A União Aduaneira implica, para além da existência de um território aduaneiro único, a adopção da mesma legislação neste domínio – **Código Aduaneiro Comunitário** – bem como a aplicação de iguais imposições alfandegárias aos produtos provenientes de países exteriores à UE – **Pauta Exterior Comum (PEC)**.

O regime de livre comércio com países terceiros não impede que os órgãos comunitários determinem restrições às importações (fixação de contingentes anuais), quando negociadas no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC).

A **PEC** baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), sendo os **direitos aduaneiros** na sua maioria “ad valorem”, calculados sobre o valor CIF das mercadorias.

As importações, as vendas intracomunitárias, assim como as transacções de bens e a prestação de serviços a título oneroso, encontram-se sujeitas ao pagamento do **Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)**. A maioria dos produtos e serviços é tributada à taxa normal (**19%**) existindo, igualmente, uma taxa reduzida (**9%**) aplicável aos bens de primeira necessidade (principalmente géneros alimentícios, medicamentos e publicações) e a alguns serviços.

Sobre a produção, detenção, circulação e introdução no consumo de determinados produtos como o álcool, as bebidas alcoólicas, os produtos petrolíferos e o tabaco há, ainda, lugar ao pagamento de **Impostos Especiais de Consumo**.

De referir, ainda, que a legislação checa exige que todos os produtos mencionem na respectiva **etiqueta** o país de origem, nome do produto, identificação do produtor e, em determinados casos, instruções de utilização. Para os produtos alimentares, bebidas e têxteis impõe, igualmente, a menção da respectiva composição. Regra geral, a etiquetagem deverá ser redigida em checo.

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

A República Checa acolhe, favoravelmente e sem discriminação, todo o investimento externo, com base no princípio da igualdade de tratamento. Com as negociações de adesão da República Checa à UE, que tiveram o seu início em 1998, foram encetadas profundas reformas ao nível administrativo e estrutural, no contexto da adopção do acervo comunitário, por forma a intensificar o processo de integração deste país.

As bases em que assenta o regime jurídico do investimento estrangeiro estão contidas (fundamentalmente) no **Código Comercial-Lei n.º 513/1991** (diploma que, em conjunto com a Lei de Licenciamento Comercial, o Código Civil, o Código do Processo de Falência e Estabelecimento e a Lei da Concorrência, regula a actividade económica), em vigor desde 1992 (objecto de várias alterações posteriores), e visam clarificar e simplificar os procedimentos aplicáveis ao estabelecimento e funcionamento de sociedades no país, bem como reforçar os direitos dos accionistas.

Neste sentido, o promotor externo encontra, actualmente, neste mercado, um regime legal que lhe confere o **mesmo tratamento que o concedido aos nacionais**, podendo as empresas ser detidas na sua totalidade por capital estrangeiro.

Os procedimentos inerentes à constituição de sociedades com capital estrangeiro foram simplificados e eliminadas as restrições no tocante ao repatriamento de dividendos, lucros e “royalties”. É, igualmente, permitida a repatriação do resultado da alienação de parte ou da totalidade da empresa, não existindo qualquer limite quanto ao montante de divisas a transferir para o estrangeiro.

Não existem **sectores vedados** ao investimento externo, sendo, no entanto, necessária autorização especial do **Banco Central (“Czech National Bank”)** para operações que envolvam a tomada de participações em instituições bancárias. Colocam-se, também, alguns entraves aos investimentos no sector da defesa e da segurança nacional e do jogo e apostas. A aquisição de empresas de capitais públicos, que ainda não tenham sido incluídas em nenhum programa de privatização, exige a aprovação prévia do Ministério das Finanças.

De referir, ainda, que a **aquisição de terrenos e edifícios** está vedada a cidadãos estrangeiros que não possuem permissão da residência permanente ou temporária no país. Esta limitação pode ser ultrapassada de duas formas. Primeiro, ao cumprir exigências relativas ao motivo da residência (por exemplo, contrato de

trabalho) a pessoa singular pode solicitar a “Permissão da Residência para o Cidadão de um Estado-Membro da União Europeia”. Alternativamente, é possível estabelecer uma sociedade de direito checo ou uma sucursal de uma empresa não residente no território.

Importa referir que podem existir algumas dificuldades na obtenção de licenças de construção junto das autoridades locais, nomeadamente por parte da conservatória predial. Ainda neste contexto, foi aprovada uma **nova Lei da Construção** (que entrou em vigor a 1.1.2007) que introduz procedimentos de simplificação na decisão da escolha da localização da construção o que representa, face à regulamentação anterior, uma liberalização ao nível das permissões para construir.

Regra geral, as operações de investimento estrangeiro não obedecem a **formalidades** especiais, devendo somente proceder à sua inscrição no Centro de Registo de Empresas do distrito correspondente ao domicílio da sociedade.

Este procedimento deve ser levado a cabo por um advogado checo e exige a obtenção prévia de uma licença para desenvolver actividades comerciais junto dos organismos locais competentes (alvará) e a apresentação de documentos comprovativos da abertura de conta num banco doméstico. O **pedido de licenciamento** deverá ser efectuado por uma pessoa singular, caso reúna os requisitos legais, ou um seu representante. No caso das pessoas colectivas, é obrigatória a nomeação de um representante, que poderá ser de nacionalidade checa, ou não.

Sugere-se a consulta, por exemplo, à página da Internet, da cidade de Ostrava, de onde constam informações relevantes sobre o investimento e o modo de estabelecimento neste mercado - www.ostrava.cz/jahia/Jahia/site/ostrava/cache/offonce/lang/en/ostrava/podnikatel/pid/8495;jsessionid=675A4FEC9D4F93572B1399A97FAC029F

A “**Investment and Business Development Agency**” (“**CzechInvest**”), criada em 2002, é o organismo governamental, sob a tutela do Ministério da Indústria e Comércio, encarregue de promover e desenvolver a política nacional de investimento, bem como apoiar e assistir o promotor externo, competindo-lhe, entre outras funções, a recepção das propostas de investimento e o encaminhamento das mesmas para os organismos competentes, em função da matéria. Em 2003, a Agência assumiu também a gestão dos Fundos Estruturais da UE na República Checa – <http://www.czechinvest.org/en>.

Com vista a criar um clima mais favorável ao investimento e ao desenvolvimento económico do país, o Governo checo aprovou, em Abril de 1998, um pacote de **incentivos**, que se aplica, em idênticas condições, aos investidores estrangeiros e aos nacionais. As ajudas a atribuir dependem da observância, por parte do promotor, de critérios de elegibilidade pré-estabelecidos. A Lei sobre os Incentivos ao Investimento (Decreto-Lei nº 72/2000-Coll.), em vigor desde Maio de 2000 e alterada em 2004 e 2007, estendeu a aplicabilidade dos benefícios fiscais dos investimentos de raiz aos de expansão.

O sistema de incentivos abrange a indústria transformadora e, a partir de 2002, também os investimentos em serviços estratégicos, designadamente os ligados às áreas do processamento de dados, “software”, investigação e desenvolvimento e apoio ao consumidor, entre outras.

No âmbito deste sistema de incentivos, o Governo Checo organizou quatro tipos de medidas, as quais abrangem **benefícios fiscais, subsídios à criação de emprego, subsídios à formação e subsídios à actividade económica**.

As empresas não abrangidas por este sistema podem concorrer a **outras medidas** de apoio de âmbito nacional, destinadas a promover a criação de emprego e o desenvolvimento das PME, bem como a programas promovidos pelas autoridades locais, programas de desenvolvimento regional e financiamentos comunitários (período 2007-2013).

O investidor estrangeiro pode ainda participar no processo de **privatizações** iniciado em 1991, sendo-lhe dado igual tratamento relativamente aos investidores locais. A responsabilidade pela coordenação e gestão do processo de privatizações pertence ao Ministério das Finanças e ao **Fundo de Propriedade Nacional (“National Property Fund”)**.

Com o objectivo de promover e reforçar o desenvolvimento das relações bilaterais, foram assinados, entre Portugal e a República Checa, o **Acordo sobre a Promoção e a Protecção de Investimentos e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento**, ambos em vigor.

5.3. Quadro Legal

Regime de Importação

- *Lei n.º 353/2003* – Aprova os Impostos Especiais sobre o Consumo.
- *Regulamento (CEE) – n.º 2454/93, JOCE n.º L253, de 11 de Outubro (com alterações posteriores)* – Fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.
- *Regulamento (CEE) n.º 2913/92, JOCE n.º L302, de 19 de Outubro (com alterações posteriores)* – Estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Resolução n.º 217/2007, de 12 de Março* – Fixa os apoios destinados à criação de Centros Tecnológicos e de Serviços de Apoio a Negócios de Valor Acrescentado (ex.: “Call Centres”).
- *Decreto n.º 566/2004, de 2 de Junho* – Define os Incentivos à Criação de Postos de Trabalho nas Regiões Mais Afectadas pelo Desemprego.
- *Lei n.º 256/2004, de 14 de Abril* – Sobre o Exercício de Actividades no âmbito do Mercado de Capitais.
- *Lei n.º 72/2000 (com alterações posteriores)* – Define o tipo de Incentivos ao Investimento.
- *Lei n.º 513/1991 (com alterações posteriores)* – Aprova o Código Comercial.
- *Lei n.º 40/1964 (com alterações posteriores)* – Estabelece o regime legal do Código Civil.

Com a adesão da República Checa à União Europeia, o sistema legal checo tem vindo a ser alvo de um processo contínuo de harmonização com o acervo comunitário. Para acompanhar este desenvolvimento legislativo aceda, em língua inglesa, à página do Site do Ministério da Indústria e do Comércio da República Checa – <http://www.mpo.cz/dokument14665.html>

Os interessados também podem consultar legislação em vigor em diversas áreas, no Portal de Negócios “**BusinessInfo.cz**” – <http://www.businessinfo.cz/en/section/legal-information/1001020/>

Acordos Relevantes

- *Resolução da Assembleia da República n.º 26/97 de 09.05.97* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, entre Portugal e a República Checa.
- *Decreto n.º 20/94, de 21.07.94* – Aprova o Acordo sobre a Promoção e Protecção de Investimentos entre Portugal e a República Checa.

Para mais informação legislativa sobre mercados externos os interessados podem consultar, no Site da aicep Portugal Goblal, a «Jurisnet» – <http://www.portugalnews.pt/juris>

6. Informações Úteis

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado da República Checa é a seguinte (Março 2009):

Curto prazo – Aberta sem condições restritivas.

Médio/Longo prazo – Garantia bancária (decisão casuística).

Formalidades na Entrada

Para os cidadãos da União Europeia apenas é necessário o documento nacional de identificação (bilhete de identidade) ou passaporte válido.

Hora Local

UTC mais uma hora no horário de Inverno e mais duas horas no horário de Verão. Em relação a Portugal, a diferença horária é sempre de mais uma hora na República Checa.

Horário de Funcionamento

Serviços Públicos:

8h00-12h00/14h00-18h00
(segunda-feira a sexta-feira)

Comércio:

Hipermercados: 8h00 – 22h00
(segunda-feira a domingo)
Alguns estão abertos 24 horas.

Outros: 8h00-19h00

(segunda-feira a sexta-feira)

7h00-13h00

(sábado)

Algumas lojas estão também abertas ao domingo.

Bancos:

8h00-17h00

(segunda-feira a sexta-feira)

Feriados

1 de Janeiro – Dia de Ano Novo

1 de Maio – Dia do Trabalho

8 de Maio – Dia da Libertação

5 de Julho – Dia dos Apóstolos Eslavos St. Cyril e St. Methodius

6 de Julho – Aniversário de “Martyrdom of Jan Hus”

28 de Setembro – Dia do Estado Checo

28 de Outubro – Dia da Independência

17 de Novembro – Dia da Luta para Liberdade e Democracia

24 e 25 de Dezembro – Natal

26 de Dezembro – Dia de St. Stephen’s

Feriado móvel

Páscoa

Corrente Eléctrica

220 volts AC, 50 Hz.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

7. Endereços Diversos

Embaixada da República Checa em Portugal

Rua Pêro de Alenquer, 14

1400-294 Lisboa

Tel.: (+351) 213 010 487 | Fax: (+351) 213 010 629

E-mail: lisbon@embassy.mzv.cz | <http://old.mzv.cz/www/?amb=45>

aicep Portugal Global

Sede: O' Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430, 2º

4150-074 Porto – Portugal

Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa

Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Embaixada de Portugal na República Checa

Pevnostní 9

16 00 Praha 6 - Czech Republic

Tel.: (+420) 257 311 230 /311 231 | Fax: (+420) 257 311 234

E-mail: emboprt@mbox.vol.cz | <http://www.embportugal.cz/>

aicep Portugal Global - Praga

Obchodní oddelení velvyslanectví Portugalska

Pevnostní 9

162 00 Praha 6 - Czech Republic

Tel.: (+420) 251 091 751 | Fax: (+420) 257 320 053

E-mail: aicep.prague@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Gabinete do Presidente
Pražský hrad
119 08 Praha 1 - Czech Republic
Tel.: (+420) 224 371 111 | Fax: (+420) 224 373 300
E-mail: zuzana.figerova@hrad.cz | <http://www.hrad.cz/en/>

Gabinete do Governo
Nábr. E. Benese 4
118 01 Praha 1 - Czech Republic
Tel.: +420) 224 002 111 | Fax: (+420) 224 003 090
E-mail: posta@vlada.cz | <http://www.vlada.cz/defaultEN.html>

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Loretánské nám. 5
118 00 Praha 1 - Czech Republic
Tel.: (+420) 224 181 111 | Fax: (+420) 224 182 048
E-mail: info@mzv.cz | <http://www.mzv.cz/jnp/en/>

Ministério da Indústria e Comércio
Na Frantisku 32
110 15 Praha 1 - Czech Republic
Tel.: (+420) 224 851 111 | Fax: (+420) 224 811 089
E-mail: mipo@mipo.cz | http://www.mipo.cz/default_en.html

Ministério das Finanças
Letenská 15
118 10 Praha 1 - Czech Republic
Tel.: (+420) 257 041 111 | Fax: (+420) 257 042 788
E-mail: informace@mfcz.cz | <http://www.mfcz.cz/cps/rde/xchg/mfcz/hs.xsl/en.html>

Banco Nacional Checo
(Ceská Národní Banka)
Na Příkopě 28
115 03 Prague 1 - Czech Republic
Tel.: (+420) 224 411 111 | Fax: (+420) 224 218 522
E-mail: info@cnb.cz

Bancos Privados Principais

Ceská sporitelna, a.s.

Olbrachtova 1929/62

140 00 Praha 4

Tel.: (+420) 261 071 111 | Fax: (+420) 261 073 032

<http://www.csas.cz/banka/appmanager/portal/banka? nfpb=true& pageLabel=home>

Ceskoslovenská obchodní banka, a.s

Na Příkopě 854/14

115 20 Praha 1 – Nové Mesto

Tel.: (+420) 261 351 111 / 224 111 111 | Fax: (+420) 224 225 049

<http://www.csob.cz/bankcz/en/>

eBanka, a.s.

Na Příkopě 860/24

110 00 Praha 1

Tel.: (+420) 225 374 011 | Fax: (+420) 225 374 012

<http://www.rb.cz/>

GE Money Bank, a.s.

Vyskocilova 1422/1a

140 28 Praha 4

Tel.: (+420) 224 441 111 / 224 443 636 / 224 443 632 | Fax: (+420) 224 441 500

Komerční banka, a.s.

Na Příkopě 33

P.O. Box 839

114 07 Praha 1

Tel.: (+420) 485 262 800 | Fax: (+420) 224 243 020

E-mail: mojebanka@kb.cz | <http://www.kb.cz/en/index.shtml>

Zivnostenská banka, a.s.

Na Příkopě 858/20

113 80 Praha 1

Tel.: (+420) 224 121 111 | Fax: (+420) 224 122 282

http://www2.zivnobanka.cz/zbapp/homepage/homepage_en.do

Bolsa de Valores de Praga
(Burza cenných papíru Praha)
Rybná 14
11 21 Praha 1 - Czech Republic
Tel.: (+420) 221 831 111 | Fax: (+420) 221 833 040
E-mail: info@pse.cz | <http://www.pse.cz>

Câmara Económica e Industrial da República Checa
(Hospodářská komora CR)
Freyova 27
190 00 Praha 9 - Czech Republic
Tel.: (+420) 296 696 111 | Fax: (+420) 296 646 221
E-mail: office@komora.cz

Associação de Empresários da República Checa
(Sdružení podnikatelů a živnostníků CR)
Na strži 1837/9
140 00 Praha 4 – Krc - Czech Republic
Tel.: (+420) 261 104 242 | Fax: (+420) 261 104 262
E-mail: spzcr@volny.cz

Confederação de Indústria da República Checa
(Svaz průmyslu a dopravy CR)
Lighthouse Vltava Waterfront Towers, Jankovcova 1596/2c
170 04 Praha 7 - Czech Republic
Tel.: (+420) 234 379 500 | Fax: (+420) 234 379 463
E-mail: spcr@spcr.cz | http://www.spcr.cz/en/basic_info/who.php

CzechInvest
Stepánská 15
120 00 Praha 2 - Czech Republic
Tel.: (+420) 296 342 500 | Fax: (+420) 296 342 502
E-mail: fdi@czechinvest.org | <http://www.czechinvest.org/en>

Czech Trade
Dittrichova 21
128 01 Praha 2 - Czech Republic
Tel.: (+420) 224 907 500 | Fax: (+420) 224 907 503
E-mail: info@czechtrade.cz | <http://www.czechtradeoffices.com>

CzechTourism
Vinohradska 46
120 41 Praha 2 - Czech Republic
Tel.: (+420) 221 580 111 | Fax: (+420) 224 247 516
E-mail: media@czechtourism.cz | <http://www.czechtourism.com/>

8. Fontes de Informação

8.1 Informação *online* aicep Portugal Global

Documentos Específicos sobre a República Checa

- Título: “República Checa – Acordos Bilaterais Portugal/UE”
Edição: 01/2009
- Título: “República Checa – Dossier Especial”
Edição: 06/2007
- Título: “República Checa – Oportunidades e Dificuldades de Mercado”
Edição: 07/2007
- Título: “República Checa – Informações e Endereços Úteis”
Edição: 03/2007
- Título: “República Checa – Regime Legal de Investimento Estrangeiro”
Edição: 08/2005
- Título: “República Checa – Estabelecimento de Empresas”
Edição: 08/2005

- Título: “República Checa – Sistema Laboral e de Segurança Social”
Edição: 08/2005
- Título: “República Checa – Sistema Fiscal”
Edição: 08/2005
- Título: “República Checa – Incentivos ao Investimento”
Edição: 08/2005
- Título: “República Checa – Guia Prático para Preparação de uma Viagem de Negócios”
Edição: 10/2005
- Título: “República Checa – Vinhos – Análise Sectorial”
Edição: 09/2005
- Título: “República Checa – Acordo de Promoção e Protecção de Investimentos”
Edição: 06/2005

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Protecção”
Edição: 02/2009
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”
Edição: 02/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Palop”
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Magreb”
Edição: 01/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Mercosul”
Edição: 01/2009

- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/Nafta”
Edição: 01/2009
- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 11/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 09/2006
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação Online pode ser consultada em <http://www.portugalnews.pt/econo/matriz.asp>

8.2 Endereços de Internet

- *Association for Foreign Investments* – www.afi.cz/en/
- *Czech Business Web Portal* – www.businessinfo.cz
- *Czech Chamber of Commerce* – www.komora.cz/index.aspx
- *Czech Customs Administration* – <http://www.cs.mfcr.cz/CmsGrc/Celni-sprava-CR/>
- *Czech Info Center* – www.czechinfocenter.com/
- *CzechInvest (Investment and Business Development Agency)* – <http://www.czechinvest.org/en>
- *Czech National Bank* – <http://www.cnb.cz/en/index.html>
- *Czech Republic – Official Web Pages* – www.czechcentrum.cz/
- *Czech Statistical Office* – www.czso.cz/eng/angl.htm
- *Czech Tax Administration* – <http://cds.mfcr.cz/cps/rde/xchg/SID-3EA9846D-760214F1/cds/xsl/4257.html?year=>
- *Doing Business in Czech Republic* – www.doingbusiness.cz
- *European Union Delegation* – www.evropska-unie.cz/eng/
- *Industrial Property Office* – <http://www.upv.cz/en.html>
- *Ministry of Finance* – www.mfcr.cz/cps/rde/xchg/mfcr/hs.xsl/en.html
- *Ministry of Foreign Affairs* – www.mzv.cz/wwwo/mzv/default.asp?idj=2&amb=1
- *Ministry of Industry & Trade* – http://www.mpo.cz/default_en.html
- *Parliament of the Czech Republic* – <http://www.psp.cz/cgi-bin/eng/sqw/hp.sqw>